



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640289 - RJ (2021/0014420-1)

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ROSÂNGELA MARTINS ALCANTARA ZAGAGLIA - RJ032100  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : D C DA S (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de D C DA S em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação n. 0219587-55.2019.8.19.0001).

Em primeiro grau de jurisdição, o juízo determinou a extinção da medida socioeducativa de liberdade assistida cumulada com prestação de serviços comunitários, em virtude da pandemia. Manejada apelação pelo Ministério Público, foi a sentença reformada.

Afirma a impetração que há violação do princípio da atualidade, porque os fatos ocorreram há mais de dois anos, sem que a paciente cometesse qualquer ato infracional.

Requer, liminarmente, que a paciente aguarde o julgamento deste *writ* livre da medida socioeducativa. No mérito, a concessão da ordem para restabelecer a sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano, ausente na espécie, pois fixou o acórdão atacado que não há *"violação ao princípio da atualidade, eis que na aplicação da medida de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, a magistrada levou em consideração as necessidades pedagógicas optando pela intervenção necessária e adequada à situação de perigo em que a adolescente se encontrava no momento em que a decisão foi tomada e, para concluir se a medida escolhida se conserva eficaz, é indispensável o parecer da equipe técnica."* (fl. 63)

Ademais, o pedido de liminar se confunde com o próprio mérito da impetração. Deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência